



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 19 de dezembro de 2009

REINTEGRAÇÃO...

A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Elisabeth Carvalho Nascimento, determinou que Gilmar Monteiro Melo, funcionário público estadual, retorne ao cargo de técnico de estatística da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), após ser demitido em dezembro de 2007. A decisão foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico de ontem. Gilmar Monteiro foi demitido do cargo em junho de 2007, após perder documento pertencente à Sefaz, quando viajava com o carro do órgão, destruído por um incêndio na ocasião.

... À SEFAZ

Em decisão de primeiro grau, o magistrado determinou a reintegração do servidor. O governo do Estado alega, entretanto, que a decisão traz lesão grave à ordem social, jurídica, econômica e saúde pública. Para a desembargadora Elisabeth Carvalho Nascimento, inexistem argumentos que comprovem ofensa à ordem pública.

Página A3



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 19 de dezembro de 2009

Horário de funcionamento do Judiciário de AL será alterado

Entra em vigor a partir do dia 2 de janeiro de 2010 a resolução 15/2009 do Tribunal de Justiça que dispõe sobre o expediente forense do Poder Judiciário estadual. A resolução foi aprovada em 16 de junho de 2009, durante sessão administrativa da Corte, e estabelece os horários de funcionamento do TJ e das demais instâncias do

Judiciário alagoano. As informações são da Diretoria de Comunicação do Tribunal.

De acordo com a determinação, o TJ realizará suas atividades, de segunda a quinta-feira, em dois expedientes sendo um externo, compreendido entre 7h30 da manhã e 13h30, e outro interno, das 13h30 às 17 horas. No Fórum da Capital, o

horário de funcionamento será das 13 às 19 horas, enquanto nos Fóruns das comarcas do interior, nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e nas Varas de Infância e Juventude da Capital, o expediente será das 7h30 da manhã às 13h30. Nas sextas-feiras, todo o Poder Judiciário estadual funcionará das 7h30 da manhã às 13h30.

Nos dias de realização das sessões do Tribunal Pleno, às terças-feiras, os dois expedientes do TJ serão externos. Em relação ao funcionamento da Escola Superior da Magistratura de Alagoas (Esmal), a direção da instituição irá definir o horário de expediente de acordo com as peculiaridades de suas atividades.

Juizado Especial alcança metas para este ano

A equipe do 3º Juizado Especial Cível e Criminal da Capital (JECC) divulgou ontem um relatório das metas alcançadas durante o ano de 2009. Conduzido pelo juiz substituto José Cícero Alves da Silva, o 3º JECC concluiu na última quarta-feira (16) a fase de conhecimento dos processos físicos, com a realização de aproximadamente 50 audiências de ins-

trução por semana. Os processos terão suas sentenças publicadas até janeiro de 2010. as informações são da Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça.

Quanto aos processos virtuais distribuídos em 2008, apenas 11 aguardam audiências de instrução e julgamento, enquanto as ações distribuídas em 2009 estão agendadas para o primeiro semestre de 2010.

No próximo ano, os processos recebidos serão agendados automaticamente para audiências de conciliação em um prazo 15 dias, e audiências unas (conciliação, instrução e julgamento) sempre que os processos forem agendados para as quartas-feiras. A iniciativa enquadra-se no novo provimento do Tribunal de Justiça, que estabelece um prazo de seis meses

para realização de instrução e julgamento.

“Nossa ideia é garantir uma melhor prestação de serviços aos milhares de usuários que dependem desta unidade jurisdicional, inclusive, realizando um trabalho de cunho social com o objetivo de favorecer, principalmente, as pessoas de baixa renda a quem atendemos”, ressaltou Tatiane Alves, analista judiciária do 3º JECC.

Página A4



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 19 de dezembro de 2009

Justiça acata pedido do MPE e fecha bar na Jatiúca

Elisana Tenório

Repórter

A qualquer momento, o “Boi Maluco e Espeto e Bar”, localizado na Jatiúca, pode ser interditado e lacrado pela Justiça sob a alegação de promover poluição sonora. Esta semana, o juiz Antônio Emanuel Dória publicou liminar determinando que o estabelecimento se manterá fechado até que seja comprovado que possui licenças ambiental e edilícia, além de condições acústicas necessárias para operar equipamentos sonoros.

A liminar foi expedida esta semana e acata uma ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Estadual (MPE). No entanto, até a tarde de ontem, o Boi Maluco continuava aberto. O promotor do Núcleo de Meio Ambiental, Alberto

Fonseca, acredita que a decisão não deve ter sido cumprida ainda por uma questão burocrática. “Deve ser apenas uma questão de tempo. Basta apenas o setor de “Mandato” distribuir para os oficiais de Justiça”, disse.

Desde julho último que a Promotoria de Meio Ambiente do MPE vinha negociando a regulamentação do som do Boi Maluco. No entanto, nenhuma ação foi adotada pelos proprietários do estabelecimento para acabar com os transtornos causados pela poluição sonora.

A vizinhança é quem mais se queixa do excesso de barulho no local. “Tem oportunidades que a gente passa o final de semana inteiro sem conseguir dormir devido ao excesso de barulho. É preciso que alguma atitude seja tomada urgentemente”, declarou o aposentado Mar-

cos André dos Santos.

Depois que for interditado pela Justiça, o proprietário do “Boi Maluco” terá que fazer outras adequações para reabrir. Além de comprovar que possui licenças ambiental e edilícia, terá que apresentar o alvará de localização e a Taxa de Localização, conforme exige a Superintendência Municipal de Controle e Convívio Urbano (SMCCU).

O promotor Alberto Fonseca revelou que há outros três estabelecimentos localizados em Maceió que estão sendo monitorados pelo MPE. Se não houver mudanças de hábitos, eles também poderão ser interditados sob a acusação de poluição sonora. Fonseca não quis revelar os nomes dos locais; apenas declarou que dois estão localizados na parte baixa da cidade e um na parte alta.

Página A9



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 19 de dezembro de 2009

Delegado é condenado a seis meses de prisão

Láyra Santa Rosa

Chefe de Reportagem interina

O delegado da Polícia Civil, Moisés Marcelo do Nascimento, foi condenado a seis anos de reclusão pelo crime de receptação de produtos de roubo. A pena deve ser cumprida em regime inicialmente semiaberto (passa o dia fora e dorme no presídio) e, na decisão do juiz Maurício Brêda – da 7ª Vara Criminal da Capital - o delegado também foi condenado à perda do cargo.

Flávio Tenório Florentino de Souza, vizinho do delegado, estava no processo na condição de réu e foi condenado a quatro de prisão. A sentença foi entregue ontem à Delegacia-Geral da Polícia Civil.

Em dezembro de 2006, Moisés Marcelo e Flávio Tenório foram investigados numa Operação da Polícia Civil sobre o roubo do veículo Ranger de placa MUE-7457/AL. O carro foi encontrado com o delegado, que o utilizava em seu próprio benefício, mesmo sabendo que se tratava de um produto de roubo. Em depoimento, o delegado confirmou que tinha encontrado as placas originais (KLE-7158), na carroceria do veículo.

“O acusado contou em seu depoimento que utilizou

o carro para ir à cidade de Santana do Ipanema e, ao retornar, no dia seguinte, foi à Delegacia de Maribondo para apanhar uns pertences, pois havia sido transferido. Acabou constatando a existência da placa original do veículo KLE-7158. Como se trata de uma autoridade policial, ele tinha por obrigação averiguar a origem da mesma, assim não procedendo”, diz a sentença do juiz Maurício Brêda.

Já em relação a Flávio Tenório, a denúncia do Ministério Público Estadual coloca que ele adquiriu o veículo roubado. Também em depoimento, o acusado relatou que guardou em sua casa o veículo de procedência duvidosa, que foi deixado por dois desconhecidos. “O delegado é meu vizinho com quem mantive um relacionamento sempre amistoso. Ele precisou do carro para uma viagem de urgência e acabei cedendo”, disse Flávio Tenório, no depoimento à Justiça.

Para a condenação do delegado e de Flávio Tenório ainda cabe recurso no Tribunal de Justiça de Alagoas. Os advogados de defesa dos condenados devem recorrer. Sobre a perda do cargo de delegado, caso não haja nenhum parecer do TJ.

Página A10



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 19 de dezembro de 2009

Preso e empossado no mesmo dia

Prefeito de São Luís do Quitunde é acusado de ter mandado matar o suplente de vereador Geraldo Siqueira

Iracema Ferro

Repórter

O prefeito Cícero Cavalcante (PMDB) foi preso nas primeiras horas da manhã de ontem, em sua casa, em Matriz do Camaragibe. A prisão preventiva foi determinada pelos juízes da 17ª Vara de Combate ao Crime Organizado e cumprida por uma equipe da Divisão Especial de Investigações e Capturas (Deic). Os mesmos magistrados autorizaram que Cavalcante fosse escoltado até São Luís do Quitunde para ser empossado no cargo de prefeito pelos sete vereadores da Câmara local.

Pesa sobre ele a acusação de ser o mandante da morte do líder comunitário e suplente de vereador, José Geraldo Renovado Siqueira, crime praticado no dia 2 de outubro de 2007 em frente à casa da vítima, no Centro de São Luís do Quitunde.

Após ser ouvido na sede do Deic, o político foi levado para o Instituto Médico Legal (IML) de Maceió, onde foi submetido a exame de corpo de delito. Aparentando calma, Cícero Cavalcante alegou estar sendo vítima de armação política. “Esta é uma manobra da família Cordeiro para evi-

tar a minha posse. Há cinco dias que a oposição comentava na cidade que eu não tomaria posse, que eu iria ser preso. Eu desafiei Jean e João Cordeiro, e eles não se conformam em ter perdido a prefeitura”, ataca.

Ele acusa a família Cordeiro de ser autora da morte do suplente de vereador. “Geraldo era meu amigo. Nunca tivemos problema nenhum. A família Cordeiro é violenta, acusada de assassinatos, acostumada a intimidar e tinha motivo para querer a morte do Geraldo, uma vez que ele sempre criticava Jean e João Cordeiro em seus discursos nos palanques”, garante.

Tadeu Cavalcante, sobrinho de Cícero Cavalcante, estava no Deic para saber informações da prisão do tio e afirmou que o clima na cidade estava tenso. “Os ânimos em São Luís do Quitunde estão acirrados com o afastamento do Jean Cordeiro e a posse do meu tio. Como estávamos sob ameaça de algum ato violento, esperávamos apenas a diplomacia, nem festa ia acontecer. Nesta manhã (ontem), quando ele foi preso, ficou todo mundo sem saber se ia ou não haver posse”, relata.

O advogado do acusado, José Frágoso, entrou ontem à

Após ser empossado, Cavalcante voltou para Maceió preso

Página A11



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 19 de dezembro de 2009

tarde com pedido de habeas corpus junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL). “Não há provas contra meu cliente”, resume.

Cavalcante voltou à prefeitura de São Luís do Quitunde depois que o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) afastou o ex-prefeito Jean Cordeiro (PP), acusado de compra de votos em 2008.

Após ser empossado, o prefeito retornou a Maceió e foi para o Corpo de Bombeiros, onde permanece à disposição da Justiça. Como agora dispõe de foro privilegiado, o processo sai da Justiça comum e tramita no Tribunal de Justiça. O vice de Cavalcante, Eraldo Pedro, vai ser responsável pelo Executivo municipal enquanto o prefeito estiver preso.

Página A11